

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS  
IMIGRANTES S.A.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
- CNPJ/MF: 02.509.491/0001-26
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Rui Juarez Klein
- Atividades: realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do contrato de concessão do Sistema Rodoviário Anchieta-Imigrantes, dos seguintes trechos: - I – Rodovia Anchieta (SP – 150), entre o Km 9+700m e o Km 65+600m; - II – Rodovia dos Imigrantes (SP- 160), entre o Km 11+460m e o Km 70+000m; - III – Interligação planalto (SP-41), entre o Km 0+000m e Km 8+000m; - IV – Interligação Baixada (SP-59), entre o Km 0+000m e Km 1+800m; - V – Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-248/55) – entre o Km 0+000m e Km 8+500m; - VI – Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-55), entre o Km 248+050m e Km 270+600m; e – VII – Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-55), entre o Km 270+600m e Km 292+200m (“Concessão”).

## Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: 1ª; 2ª.
- Data de Emissão (de ambas as séries): 15/04/2013
- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 15/04/2020; e (ii) 2ª Série: 15/04/2024;
- Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN:
  - (i) 1ª Série: ECOV12/ BRECOVDBS036;
  - (ii) 2ª Série: ECOV22/ BRECOVDBS044.
- Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
- Destinação dos Recursos: A totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados (i) adequação do

trevo do km 55 da Rodovia Anchieta (SP150) com a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP055) e de implantação de faixa operacional do km 270 ao 274, pista oeste da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP 055); (ii) implantação da 3ª faixa da Rodovia Cônego Domenico Rangoni, no trecho da Rodovia Anchieta até o Pólo Industrial de Cubatão, entre o km 262 e o km 270, pistas leste e oeste; (iii) implantação da 5ª e 6ª faixa - pista norte da Rodovia dos Imigrantes, entre os km 27 e 40; e (iv) obras de Conservação Especial nas Rodovias que compõem o Sistema Anchieta Imigrantes, de acordo com Termo de Contrato de Concessão Rodoviária nº 007/CR/98 e Termo Aditivo Modificativo nº 016/2012, assinado em 13/11/2012. A implementação dos referidos projetos inclui (i) obras de construção e ampliação dos trechos mencionados; (ii) pavimentação e outras conservações especiais e (iii) compra de equipamentos para realização das obras (“Projeto”).

Na Data de Emissão, a implementação do Projeto encontrava-se 20,81% concluída (“Fase Concluída”), sendo que a implementação dos restantes 79,19% encontra-se em curso, sendo que seu encerramento está previsto para ocorrer em 2015 (“Fase em Curso”). A totalidade dos recursos financeiros necessários para: (i) o reembolso de gastos e despesas realizados na Fase Concluída do Projeto, é de R\$183.337.868,62; e (ii) a conclusão da Fase em Curso do Projeto é de aproximadamente R\$697.668.213,62. A Emissora estima que a presente Emissão de Debêntures deve representar 85,13% das necessidades de recursos financeiros do Projeto.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfica.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- **Atividade Principal:** 52.21-4-00 - Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados;
- **Situação da Empresa:** ativa;
- **Natureza do Controle Acionário:** privado;
- **Critério de Elaboração do Balanço:** legislação societária.

- **Situação Financeira**

- **Liquidez Geral:** de 0,26 em 2015 para 0,34 em 2016;
- **Liquidez Corrente:** de 2,27 em 2015 para 2,94 em 2016;
- **Liquidez Seca:** de 2,27 em 2015 para 2,94 em 2016;
- **Giro do Ativo:** de 0,54 em 2015 para 0,51 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 3,9% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou aumento de 3,5% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 5,1% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 6,1% de 2015 para 2015, e uma variação positiva no índice de endividamento de 0,8% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de ambas as séries): R\$ 1.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL (de ambas as séries): IPCA/IBGE
- REMUNERAÇÃO: (i) 1ª Série: 3,80% a.a.; e (ii) 2ª Série: 4,28% a.a.;
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

→ 1ª Série:

Juros:

15/04/2016 – R\$ 47,518160

→ 2ª Série:

Juros:

15/04/2016 – R\$ 53,519957

- POSIÇÃO DO ATIVO:

ECOV12 – 1ª Série:

Quantidade em circulação: 200.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 200.000

ECOV22 – 2ª Série:

Quantidade em circulação: 681.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 681.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;

- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices e limites financeiros previstos no item 7.1, alínea “(xxii)” da Escritura de Emissão.

		<u>4Tri2016</u>	<u>2015</u>	<u>4Tri2015</u>
<b>EBITDA</b>	<b>627.708</b>	<b>635.304</b>	<b>626.184</b>	<b>626.184</b>
Lucro Líquido	280.140	280.140	245.823	245.823
( - ) Imposto de Renda e Contrib Social	(122.112)	(129.708)	(112.802)	(112.802)
( - ) Resultado não Operacional	(17)	(17)	(14)	(14)
( - ) Depreciação e Amortizações	(121.922)	(121.922)	(119.038)	(119.038)
( - ) Resultado Financeiro Líquido Sem o JSCP	(103.516)	(103.516)	(148.507)	(148.507)

<b>Divida Líquida</b>	<b>825.700</b>	<u>Check</u>		
Empréstimos e Financiamentos	1.158.134	635.304	626.184	626.184
Disponibilidades	332.433	635.286	626.187	626.187
		(17)		
	(i) <u>1,32</u>			
	<b>Ok.</b>			
<hr/>				
<b>Despesa Financeira Líquida</b>	<b>103.516</b>	<u>4Tri2016</u>	<u>2015</u>	<u>4Tri2015</u>
Despesa Financeira	(146.908)	(146.908)	(177.238)	(177.238)
Receita Financeira	43.392	43.392	28.731	28.731
	(ii) <u>6,06</u>			
	<b>Ok.</b>			

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **ELOG S.A.** (atual denominação da ELOG SUDESTE S.A., a qual é sucessora por incorporação da ELOG S.A.)

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 300;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 20/02/2020;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores\*: (i) Fiança prestada por a) Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.; e b) Ecopátio Logística Cubatão Ltda.;

A fiança prestada pela Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. estará automaticamente cancelada com o cumprimento cumulativo, pela Emissora, dos índices financeiros elencados no item 4.1.9.1.4 da Escritura de Emissão, pelo período de 2 semestres consecutivos.

\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

22/08/2016 – R\$ 166.666,000000

Juros:

22/02/2016 – R\$ 57.172,240199

22/08/2016 – R\$ 58.103,754884

(ii) Denominação da companhia ofertante: **ELOG S.A.**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 60.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 6.000;
- Espécie: quirografia com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 15/08/2016;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) Fiança prestada pela Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

15/08/2016 – R\$ 10.000,00000000 (vencimento)

Juros:

15/08/2016 – R\$ 2.273,77300000

(iii) Denominação da companhia ofertante: **ECOPORTO SANTOS S.A.** (atual denominação social da TECONDI – TERMINAL PARA CONTÊINERES DA MARGEM DIREITA S.A. - sucessora da ECOPORTO HOLDING S.A.)

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 600.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 600;
- Espécie: com garantia real e com garantia fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 15/06/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores\*: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Tecondi – Terminal para Contêineres da Margem Direita, de titularidade da Ecorodovias

Infraestrutura e Logística S.A.; e (ii) Fiança prestada por Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.;

\*Redação em conformidade com o 5º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

15/06/2016 – R\$ 150.000,000000

Juros:

15/06/2016 – R\$ 121.337,645250

(iv) Denominação da companhia ofertante: **PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 149.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 149;
- Espécie\*: com garantia real;  
\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Prazo de vencimento das debêntures\*: 28/07/2016;  
\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores\*: alienação fiduciária de 13.100.000 ações de emissão da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. de titularidade da Primav Construções e Comércio S.A., conforme previsto na Escritura de Emissão;  
\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

04/05/2016 – R\$ 283.061,26900000

Resgate Total Antecipado:

04/05/2016 – R\$ 1.000.000,00000000

(v) Denominação da companhia ofertante: **ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.** (na qualidade de cessionária de direitos e obrigações da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.)

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 600.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas\*: (i) 1ª Série: 23.200; e (ii) 2ª Série: 36.800;

\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Espécie\*: quirografária;

\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/04/2018; e (ii) 2ª Série: 15/04/2020;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores\*: não aplicável;

\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Juros:

15/04/2016 – R\$ 740,103720

17/10/2016 – R\$ 752,143270

→ 2ª Série:

Juros:

15/04/2016 – R\$ 752,732900

17/10/2016 – R\$ 764,989030

- (vi) Denominação da companhia ofertante: **ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 215.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 21.500;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: 18/02/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

**fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**

## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

## Anexo 1

Balço patrimonial levantado  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	332.433	209.104
Clientes	6	63.853	63.573
Tributos a recuperar	8	416	194
Partes relacionadas - clientes	15	56	69
Despesas antecipadas	7	1.701	2.285
Outros créditos		1.686	2.934
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>400.145</b>	<b>278.159</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	12.a	23.264	12.550
Depósitos judiciais	9	61.147	60.135
Outros créditos		-	1.877
Imobilizado	10	35.157	37.216
Intangível	11	1.315.503	1.345.875
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.435.071</b>	<b>1.457.653</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.835.216</b>	<b>1.735.812</b>

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		17.159	15.457
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	10.476	9.826
Debêntures	14	30.444	28.746
Obrigações sociais e trabalhistas	19	5.637	5.331
Partes relacionadas - fornecedores	15	3.683	9.605
Obrigações com Poder Concedente	18	20.270	18.641
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12.c	15.748	8.938
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	21.e	1.902	1.775
Provisão para manutenção	16	26.825	19.289
Outras contas a pagar		3.752	5.027
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>135.896</b>	<b>122.635</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	14	1.127.690	1.054.463
Obrigações com Poder Concedente	18	7.427	22.121
Provisão para manutenção	16	81.922	66.966
Provisão para construção de obras futuras	17	2.776	2.607
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	20	70.262	69.025
Outras contas a pagar		8.383	8.429
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.298.460</b>	<b>1.223.611</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Capital social:</b>			
Subscrito	21.a	314.052	314.052
A integralizar	21.a	(11.505)	(11.505)
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	21.d	491	491
Reserva de lucros - legal	21.c	60.509	60.509
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	21.e	37.313	26.019
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>400.860</b>	<b>389.566</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.835.216</b>	<b>1.735.812</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 2

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	22	942.796	935.773
Custo dos serviços prestados	23	(379.738)	(378.697)
Lucro bruto		563.058	557.076
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(49.677)	(49.913)
Outras despesas		(17)	(14)
		(49.694)	(49.927)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		513.364	507.149
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	42.140	26.731
Despesas financeiras	24	(145.656)	(177.238)
		(103.516)	(148.507)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		409.848	358.642
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	12.b	(140.422)	(121.402)
Diferidos	12.b	10.714	8.583
		(129.708)	(112.819)
Lucro líquido do exercício		280.140	245.823
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	25	1,04	0,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 3

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**  
São Bernardo do Campo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### **Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões**

O contrato de concessão rodoviário representa o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas Explicativas nº11 e 18.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da administração da concessão de rodovia, uma vez que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle deste ativo incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessão, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão; e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas.

#### **Transações com partes relacionadas**

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, principalmente transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstração do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Ezequiel Litvac  
Contador CRC-1SP-249186/O-5